Ofício nº 254/2019

Curitiba, 15 de abril de 2019.

Exma. Procuradora de Justiça:

Ao tempo em que cumprimento V. S^a pelo trabalho à frente da Coordenação do CAOP do Patrimônio Público do Paraná, utilizo-me do presente para informar-lhe que chegou até esta Procuradoria-Geral do MPC/PR denúncia de prática ilegal adotada por dezenas de empresas fornecedoras de softwares geradores de nota fiscal eletrônica, a chamada NFE, as quais têm vendido para os estabelecimentos comerciais do Estado programas que possibilitam o registro de vendas com dupla possibilidade: a) geração do correspondente documento fiscal NFE-C (nota fiscal eletrônica para consumidor) com o devido recolhimento do ICMS; b) geração de documento de venda sem efeito fiscal e com a consequente sonegação do imposto.

Dada a atuação sempre ativa deste CAOP do Patrimônio Público no que se refere ao zelo pela coisa pública bem como os danos que vêm sendo causados à Fazenda Estadual em face da omissão e/ou falha procedimental da Receita Estadual do Paraná no que se refere à certificação dos softwares comercializados pelas empresas fornecedoras, requer-se a devida atenção deste CAOP e eventual início de procedimento investigativo a respeito do assunto. Seguem em anexo, cópias dos documentos que chegaram até este Ministério Público de Contas documentando os fatos acima narrados.

Atenciosamente,

FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

Ao Exmo.
MARIA CECÍLIA DELISI ROSA PEREIRA
Coordenador do CAOP do Patrimônio Público do Ministério Público do Paraná
Rua Marechal Hermes, 751
Curitiba - Paraná